

## Conjuntura política da região da Arquidiocese de Belo Horizonte

O Núcleo de Estudos Sociopolíticos (NESP) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Arquidiocese de Belo Horizonte apresenta o seu mais novo boletim. *Contextus* visa a oferecer uma análise da conjuntura, referente à região de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte. Em suas quatro edições publicadas a cada semestre, serão propostos textos analíticos sobre fenômenos sociais, políticos e econômicos locais – ou regionais e nacionais, na medida em que tais fatos adquiram relevância política local.

Uma análise de conjuntura se presta a lançar luz sobre a variedade dos fatos e eventos cotidianos. Deseja-se propor uma releitura e uma interpretação dos movimentos que se podem identificar como tendências de equilíbrio ou de mudança nas correlações entre forças sociais e políticas em ação na região da Arquidiocese.

O NESP já publica semanalmente o boletim informativo *De olho na política*, como uma organização da multiplicidade de notícias que circulam diariamente. Deseja-se, agora, complementar essas informações com um

outro instrumento que explicita e aprofunde a compreensão de tais fatos. *Contextus* oferece um estudo de aspectos sociais e políticos dos acontecimentos, procurando esclarecer suas ramificações e conexões.

Por essa razão, constituem temas permanentes: os reflexos regionais da conjuntura política nacional e estadual; a identidade dos atores políticos e suas ações na região arquiocesana; as políticas públicas propostas e/ou implementadas pelo poder executivo e a atuação do poder legislativo do estado e dos municípios; os movimentos sociais da região, com vistas a compreender seus pontos de vista, suas opções e reivindicações.

*Contextus* pretende ser um subsídio para aqueles que associam a vivência da fé com a ação política, priorizando, portanto, os temas que favoreçam a realização desse objetivo. O NESP espera estreitar ainda mais a presença da universidade católica junto aos cristãos que desempenham cotidianamente seu papel de cidadãos e de atores políticos.

### 1. Disputa eleitoral para o governo de Minas Gerais

O dia 05 de outubro marca, exatamente, um ano para a data das eleições de presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Nesse dia se encerrou o prazo para a criação de novos partidos, a filiação partidária e o estabelecimento do domicílio eleitoral do candidato que pretende concorrer a um desses cargos. Em razão

disso, as últimas semanas de setembro foram marcadas por uma intensa movimentação nos partidos políticos.

Embora essas definições já venham sendo discutidas há mais tempo, desde agosto está se delineando com maior nitidez o cenário em que se dará a disputa pelo Governo de Minas Gerais. Como já aconteceu em outras eleições, há

indicativos de uma polarização entre as duas principais forças existentes no estado: o Partido dos Trabalhadores (PT) que, em Minas, desempenha papel de oposição e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que exerce atualmente o governo no Estado de Minas Gerais.

### **Pesquisa eleitoral aponta vantagem da oposição**

Diversamente do que aconteceu em outros anos, pesquisas eleitorais têm mostrado uma vantagem para o campo da oposição. A pesquisa feita pelo Instituto MDA e publicada no jornal *Hoje em Dia*, no final de agosto, confirma a tendência já apontada pelos números divulgados nos meses de abril e maio com larga diferença em favor dos pré-candidatos de oposição.

O petista Fernando Pimentel aparece próximo dos 40% na preferência do eleitorado, independentemente de quem seja seu oponente, nas projeções feitas pelo referido instituto de pesquisa. Pimentel foi prefeito de Belo Horizonte entre 2002 e 2009. Atualmente, é Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e conta com o apoio da Presidente Dilma Rousseff (PT).

Seu principal oponente potencial – que, na pesquisa, aparece com intenção de votos pouco acima de 10% – é o pré-candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Clésio Andrade, senador e presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT). Já na primeira semana de outubro, fez-se o lançamento da pré-candidatura do senador, em um evento na Zona da Mata. Por outro lado, com o apoio do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT), filiou-se ao PMDB o empresário Josué Gomes da Silva, presidente da COTEMINAS e filho do ex-vice-presidente da República José Alencar. Especula-se que Josué Gomes poderia vir a compor chapa como

candidato a vice do petista Fernando Pimentel.

Não é possível saber ainda se se repetirá, em Minas, a união que deve persistir, no plano nacional, entre PT e PMDB. No entanto, a ocorrência dessa coligação, no plano estadual, é uma possibilidade a ser considerada, mesmo que, eventualmente, ela venha a ocorrer apenas no segundo turno. Seja como for, tal unidade daria à oposição quase 50% das intenções de voto, a julgar pela pesquisa citada.

### **Indefinição da candidatura no campo do atual governo**

As últimas semanas de setembro foram marcadas pela movimentação do PSDB, pressionado pela necessidade de definir seu candidato à sucessão no governo de Minas Gerais. Há especulações sobre vários nomes da política mineira, mas não há decisão tomada sobre quem concorrerá no próximo ano. Entre os possíveis candidatos podem-se citar o Deputado Dinis Pinheiro, atual presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; o presidente estadual do PSDB, Marcus Pestana; e o ex-prefeito da Capital, Pimenta da Veiga.

Outro nome possível é o de Alberto Pinto Coelho, vice-governador do Estado na gestão de Anastasia. Pinto Coelho, porém, é do Partido Progressista (PP) e recusou o convite de migração para o PSDB. Embora, a julgar pelo que tem sido dito por Aécio Neves e outras lideranças de seu partido, não esteja descartada a possibilidade de que o candidato ao governo venha de outro partido de seu campo de alianças, é provável que o PSDB apresente um candidato próprio. Isso garantiria a identidade com a campanha nacional à presidência da república, facilitando a campanha em torno de um mesmo partido para presidente e para governador. Supõe-se que tal simplificação reforçaria o vínculo

entre o candidato à presidência e o candidato a governador e isso atrairia os eleitores de Aécio Neves a votarem no candidato indicado por ele para o governo de Minas.

Há pressão dos partidos aliados para que o nome do candidato seja definido ainda este ano. Contudo, qualquer que seja, dentre esses aqui citados, o candidato escolhido, as pesquisas não são animadoras para o PSDB e seus aliados: nenhum dentre os governistas ultrapassou a marca dos 5%.

Haveria ainda a possibilidade de que o Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) fosse o candidato. Lacerda seria o nome com potencial para selar uma união entre os presidenciáveis Aécio Neves (PSDB) e o pernambucano Eduardo Campos (PSB). Entretanto, Lacerda tem reiterado que não pretende disputar a vaga de governador. À distância de um ano, porém, muitas mudanças ainda podem acontecer. Frente à recusa de Lacerda, Eduardo Campos convidou Alexandre Kalil para concorrer ao governo mineiro. Este, no entanto, descartou tal possibilidade, por priorizar a gestão do Clube Atlético Mineiro. Sua recente filiação ao PSB foi cercada de especulações também quanto a sua possível candidatura ao Senado ou à Câmara Federal.

Na última semana de setembro, porém, o PSB oficializou sua saída do Governo Federal e isso aumenta a pressão sobre Márcio Lacerda. Do ponto de vista do candidato à Presidência, Eduardo Campos, isso significaria abrir um importante palanque aqui em Minas Gerais. Noticiou-se que pesquisas encomendadas pelo partido revelariam o potencial de Lacerda para confrontar-se com Pimentel, ao passo que os candidatos no campo do atual governo ainda dependeriam de um trabalho maior de convencimento do eleitor. Embora o PSB deseje uma candidatura própria ao governo de Minas, não está descartada a possibilidade de uma aliança com o PSDB,

com vistas a garantir um segundo turno com maiores chances contra Fernando Pimentel. Se, na esfera nacional, interessa ao PSB – agora tendo Marina Silva como provável vice de Eduardo Campos – a candidatura de Aécio Neves para forçar a ocorrência de um segundo turno contra a Presidente Dilma Rousseff, tática semelhante pode ser usada em Minas Gerais para confrontar Fernando Pimentel com candidatos do PSB e PSDB.

### **A eleição mineira e o cenário nacional**

Na pesquisa do instituto MDA, um outro número chama a atenção. Somados aqueles que manifestaram a intenção de votar em branco e de anular o voto com aqueles que não souberam ou não quiseram responder, obtém-se cerca de 48% do eleitorado. Uma variável importante será o posicionamento dos eleitores que, até as manifestações de junho, apoiavam os governos nacional e o de seus respectivos estados. Pode-se citar, entre outros casos, o apoio de aproximadamente 60% da população para a reeleição de Dilma. Essa aprovação diminuiu, mas não se pode dizer que os adversários atraíram para si esses eleitores insatisfeitos. Aliás, segundo o IBOPE, no final de setembro, a Presidente Dilma teve um crescimento de oito pontos percentuais e abriu 22 pontos de vantagem sobre Marina Silva. Com a filiação desta última ao PSB, é possível que ocorra alguma mudança nesse cenário.

Outro ponto discutível é a tática empregada pelo Senador Aécio Neves de fazer uma campanha baseada em críticas ao atual governo federal. Aécio começou, recentemente, uma campanha aberta, via Internet, chamando os eleitores para o diálogo, além de propagandas em outros meios de comunicação. Deve-se, contudo, avaliar essa proposta de se apresentar como contrário ao governo e ao PT à luz da

tática parecida adotada por José Serra (PSDB), na eleição presidencial de 2010. Naquela situação, essa forma de campanha não resultou produtiva.

Todos esses fatos criam uma dificuldade para se traçar um prognóstico quanto ao resultado dessa disputa eleitoral. De qualquer modo, é possível perceber que a

atuação dos protagonistas da eleição nacional já está acontecendo, em importante medida, no cenário mineiro. Decisões tomadas aqui influenciam o cenário nacional, na mesma medida em que, potencialmente, podem ocorrer fatos políticos no estado em função de definições nacionais.

## 2. Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas

Por meio da *Comissão Especial para a Reforma Política*, presidida por Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte e Reitor da PUC Minas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) está participando ativamente de uma Coalizão que reúne diversas entidades da sociedade civil com o objetivo comum de se implantar, já para as eleições de 2014, uma reforma do sistema político nacional. No início de setembro, foi entregue ao Presidente da Câmara, Deputado Henrique Alves (PMDB), um manifesto assinado pelas entidades que compõem a Coalizão.

O manifesto retoma o espírito dos movimentos que, em junho, tomaram as cidades brasileiras, ao constatar a baixa credibilidade que atinge as instâncias representativas da democracia: os partidos políticos e os detentores do poder eleitos para legislar e governar, tanto nos municípios e estados como no nível nacional. A proposta de revisão do modelo eleitoral e dos mecanismos que medeiam a relação dos poderes com o povo tem como fundamento a percepção de que se deve reduzir a distância que separa os representantes eleitos e os interesses de seus eleitores.

O projeto apresentado pela Coalizão se estrutura em torno de nove aspectos que visam a aperfeiçoar a relação entre a

democracia direta e a democracia representativa, ampliando o exercício do poder pelo povo. Um dos aspectos a serem modificados é o modo de financiamento das campanhas eleitorais. Propõe-se a implantação do financiamento público de campanha, com a proibição de doações feitas por empresas e a imposição de limites para as doações individuais. São medidas que visam a diminuir a influência do poder econômico nas eleições.

Outra questão é a baixa representação, nos espaços de poder, de segmentos populacionais, como as mulheres, os negros, os jovens. Tal limite de acesso e de participação está relacionado ao modo como se dá a escolha dos candidatos pelos partidos tanto quanto pela forma de financiamento. As decisões, nos partidos, tendem a ser tomadas por um pequeno grupo que se comporta como se fosse proprietário da legenda. Costuma formar-se uma pequena elite partidária pouco permeável à entrada de novas pessoas e de novas ideias. Assim, vão sendo consolidadas, na representação dos filiados, as mesmas pessoas. Repete-se, nos partidos, um padrão excludente que se verifica na sociedade. Não parece ser casual a dificuldade que mulheres, negros, jovens e grupos minoritários encontram para despontar entre as lideranças partidárias. Assim sendo, também o sistema político

partidário deve ser aprimorado para que não se torne restritivo à intervenção política. Militantes e filiados devem ter formas de efetiva participação e os partidos devem existir em função de um programa político definido.

Para que a reforma possa vigorar já em 2014, seria necessário que fosse votada até o dia 05 de outubro. As entidades participantes da Coalizão se movimentaram, em setembro, para alcançar 1,5 milhão de assinaturas de modo que a proposta fosse apresentada ao Congresso como projeto de lei de iniciativa popular. A adesão se deu pelo preenchimento do formulário de abaixo-assinado impresso e também disponível na Internet.

Embora o presidente da Câmara dos Deputados tenha se comprometido a enviar as propostas da Coalizão para o grupo de trabalho responsável pela reforma política, na última semana de setembro, foi posto em votação, na Câmara, o projeto de minirreforma que já havia sido aprovado no Senado, ao invés de colocar em debate o projeto Eleições Limpas, apresentado pela Coalizão. Uma discordância entre os dois principais partidos da base aliada impediu a realização da votação. O PMDB defendeu a aprovação da minirreforma; o PT afirma que essa minirreforma não toca nos pontos cruciais e, portanto, deveria ser rejeitada. Seja como for, não houve prazo suficiente para que a esperada reforma entrasse em vigor na eleição do próximo ano.

Sobre esse assunto, a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais

(UNALE) fez, no mês de setembro, uma pesquisa com 22% dos deputados estaduais em todo o País e constatou que a maioria deles defende o padrão eleitoral atual e são contra a reserva de metade das vagas para candidatura de mulheres. No que diz respeito ao financiamento de campanha, pouco menos da metade dos pesquisados concorda com o financiamento público, e menos de um terço deles se diz favorável a que somente pessoas físicas possam fazer doações, tal como propõe a Coalizão. A CNBB e as demais instituições que assinam o manifesto sugerem que haja votação em dois turnos para escolha de parlamentares. Essa sugestão, contudo, obtém apoio de apenas 12,68% dos deputados consultados. Alinham-se 62,93% em defesa do modelo atual, em que se vota em um candidato, sem que isso signifique, necessariamente, que o eleitor tenha a clara intenção de estar elegendo também o partido a que o candidato pertence.

Esses números parecem indicar a existência de uma concepção política entre os legisladores que se sustenta graças à manutenção das regras atuais. Daí a dificuldade para se implantar uma reforma política efetiva no país – discussão que vem sendo feita há anos, sem que se consiga alcançar resultado. Isso sugere que a submissão do projeto de lei de iniciativa popular segue sendo a medida viável para fazer chegar ao Congresso a reforma política preconizada pela Coalizão. Daí a importância de que a coleta das assinaturas continue.

### 3. Programa Mais Médicos

A Medida Provisória 621, publicada em julho deste ano, pela Presidência da República instituiu o Programa Mais Médicos, visando a, entre outros objetivos, diminuir a carência e as desigualdades regionais no campo da saúde, bem como ao

fortalecimento da prestação de serviços básicos de saúde. O Programa se concretizou como convocação de médicos para atuarem nas periferias de grandes cidades e em municípios do interior do Brasil. Na ocupação dessas vagas, foram



priorizados os médicos brasileiros. Na ausência destes, as vagas foram abertas para médicos de outros países, com vistas a resolver o problema emergencial da insuficiência de profissionais.

Segundo o Ministério da Saúde, o Brasil possui 1,8 médicos por mil habitantes. Isso representa pouco mais do que a metade do número verificado em países vizinhos como Argentina e Uruguai. Além disso, há uma desigualdade na distribuição de médicos nas regiões. A maioria dos estados brasileiros está ainda abaixo da média nacional.

Instalou-se uma intensa discussão no país sobre as razões que levam a esse quadro. Os conselhos regionais de medicina (CRM) fazem severas críticas ao Programa governamental. Entre os argumentos publicados por diversos CRM e pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), destaca-se, como crítica, que os médicos estrangeiros não seriam legalmente capacitados e habilitados. Dessa forma, a população pobre estaria exposta a profissionais que não comprovaram habilitação. Estaria sendo criada, portanto, uma distinção entre cidadãos de primeira e de segunda categoria: a uns o tratamento dispensado por médico “legalizado”; a outros, o tratamento feito por médico incompleto, um “meio” médico. Esse argumento se desenvolve numa outra linha, ao afirmar que o Programa estaria contrariando a legislação em vigor que exige que o médico estrangeiro tenha seu diploma revalidado em instituições públicas de ensino superior brasileiras para ter o direito de exercer a profissão no país.

Um terceiro aspecto diz respeito às condições contratuais dos médicos estrangeiros. Ganha destaque o caso dos cubanos, cuja remuneração será intermediada pelo governo daquele país. (O médico proveniente de Cuba, portanto, não receberá integralmente a bolsa de dez mil reais. Parte desse valor será retido pelo

seu governo.) Por fim, há também a discussão sobre as condições de trabalho: um médico sozinho, sem apoio de equipamentos e laboratórios para o diagnóstico e tratamento, é insuficiente e ineficaz. Ao invés de medidas de eficácia considerada duvidosa, dever-se-ia exigir, para atrair o médico às cidades do interior, um plano de carreira, melhor estrutura de trabalho e mais financiamento para a saúde.

Contrasta com esse quadro a opinião dos movimentos sociais sobre o Programa. Os defensores do Mais Médicos contrapõem, como argumento, a carência da população. Também ao redor das grandes cidades há postos de trabalho ociosos, mesmo quando se trata de unidades de saúde bem equipadas e com condições adequadas. Há municípios que oferecem salários superiores a vinte mil reais e, mesmo assim, não encontram médicos interessados. Argumenta-se que há, no Brasil, um alto índice de internações hospitalares e isso poderia ser evitado se tais pacientes recebessem atendimento médico primário, feito no posto de saúde. Muitas doenças poderiam ser diagnosticadas e tratadas sem exigência de recursos complexos.

No entanto, chamou atenção a recepção xenófoba que médicos cubanos tiveram em sua chegada ao País. Manifestantes contrários ao Programa os chamaram de “escravos” e houve quem os equiparasse – como se isso fosse uma ofensa – a “empregadas domésticas”. Fatos como esses acabaram por levar tais movimentos à redução do apoio que encontravam na opinião pública. Essas agressões também abalaram uma imagem de cordialidade que usualmente se atribui ao brasileiro.

Defensores e críticos concordam quanto à necessidade de se investir na saúde e de se garantir infraestrutura para a ação do médico. No entanto, os primeiros afirmam que o Programa atua no campo do atendimento básico e não concorre com

outras medidas igualmente importantes para se desatar o nó da saúde pública. A oferta do número de médicos proposta pelo Programa não diminui o valor e a necessidade de se aprimorarem outros instrumentos de atendimento mais complexos. Do ponto de vista dos críticos, no entanto, o Programa Mais Médicos seria uma medida eleitoreira e populista, insuficiente para resolver o grave e complexo problema da saúde brasileira, mas que se apresenta como uma solução: o governo estaria se eximindo de suas responsabilidades e, ao mesmo tempo, aparece para a população como se estivesse fazendo seu dever.

As acusações recíprocas se multiplicaram nos últimos meses. Os conselhos de medicina são acusados de corporativismo, de estarem fazendo reserva de mercado e de insensibilidade frente às necessidades da população. Os Conselhos, por outro lado, afirmam que os médicos estão sendo responsabilizados pelo descaso com que sucessivos governos têm tratado a saúde no país. Há quem diga que há médicos suficientes e que a concentração deles nos grandes centros espelha a maneira como a sociedade se organiza economicamente em torno de polos urbanos. A concentração também resultaria da falta de concursos públicos, de planos de cargos e salários, de condições de trabalho. Afirma-se, ainda, que, mesmo havendo médicos disponíveis, o Sistema Único de Saúde (SUS) não teria dinheiro para contratar um número adequado de profissionais.

A resistência dos CRM a fazer o registro provisório dos médicos estrangeiros e de brasileiros com formação no exterior sem que estes cumprissem os requisitos

estabelecidos em lei levou a questão à Justiça. Finalmente, na última semana de setembro, a Justiça Federal se pronunciou em favor da União e contra o CRM-MG. Conforme decisão, o órgão está obrigado a emitir o registro para que os médicos possam começar a trabalhar. Parte dos estrangeiros já se encontra nas cidades a que se destinam e aguardam apenas a liberação documental. Depois da renúncia de seu presidente em protesto contra a imposição judicial e após a posse da nova diretoria, o CRM-MG acatou a determinação judicial e passou a emitir os registros provisórios.

Essa decisão judicial, entretanto, não parece pôr fim a essa polêmica. Em São Paulo, por exemplo, o CREMESP obteve liminar garantindo seu direito de recusar registro a profissionais cuja documentação apresente inconsistências. Dezenas de ações tramitam na justiça, pedindo modificação ou suspensão do Programa.

Vários municípios da região de Belo Horizonte estão participando do Programa Mais Médicos. Em geral, as prefeituras e a população comemoram a chegada dos médicos – brasileiros ou não –, embora percebam esse fato como uma melhoria, e não como a solução definitiva do problema. Na primeira fase do Programa, a Prefeitura de Belo Horizonte pediu 120 médicos, mas obteve apenas 16, sinal do imenso descompasso entre as reais necessidades e o número de profissionais disponíveis. Se é possível fazer tal constatação a respeito de uma das principais capitais do país, pode-se daí deduzir a dificuldade em que se encontram os municípios que são periféricos, tanto do ponto de vista geográfico como do econômico.

## 4. Conflitos por terra e condições de trabalho na agricultura

### Julgamento dos assassinos dos fiscais do Ministério do Trabalho

Belo Horizonte tem sido palco de importantes acontecimentos relacionados à apuração e desenlace de conflitos relacionados à propriedade da terra e à luta por condições de trabalho na agricultura. Um deles é a realização do julgamento de três dos oito acusados pela chamada “chacina de Unaí”, em que foram assassinados um fiscal, dois auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho. Os quatro servidores foram mortos em serviço. Um fazendeiro da região que havia sido autuado por descumprimento da legislação trabalhista e que mantinha seus trabalhadores em condições insalubres e com documentação irregular é o principal acusado como um dos mandantes do crime.

Depois de quase dez anos, a Justiça Federal realizou, na última semana de agosto, o julgamento dos três acusados de serem os executores da chacina ocorrida em janeiro de 2004. Depois de quatro dias de julgamento, os três réus foram condenados à pena de prisão que varia de 56 a 94 anos. Os réus já estavam presos há cerca de nove anos. Graças à progressão de regime após cumprimento de um sexto do tempo de encarceramento a que foram condenados e à contagem dos dias trabalhados para efeitos de redução da pena, o condenado ao menor tempo de prisão deverá progredir para o regime semiaberto em poucas semanas. O assassino condenado a maior tempo de reclusão, deve permanecer em regime fechado por mais, aproximadamente, seis anos.

Estava marcado para o dia 17 de setembro o julgamento de quatro acusados de serem os mandantes do crime. No entanto, esse julgamento foi adiado em

razão de liminar expedida pelo Supremo Tribunal Federal. A defesa pretende a transferência desse julgamento para a Comarca de Unaí, local onde ocorreu o crime, alegando supostos conflitos de competência e cerceamento de defesa. Ainda não foi marcada a nova data e é aguardada a decisão quanto ao citado recurso.

São dois os acusados de serem mandantes: um fazendeiro considerado o maior produtor de feijão no país e seu irmão, também fazendeiro e ex-prefeito da cidade. A eleição desse acusado para a prefeitura de Unaí se deu meses após a chacina. Os eleitores ignoraram as acusações e acabaram por reconduzi-lo para um segundo mandato, no executivo municipal, quatro anos depois, de modo que ele esteve no poder de 2005 a 2012. O julgamento desse segundo acusado de ser mandante do crime ainda não foi marcado. Foram veiculadas notícias de que, se for inocentado, o ex-prefeito seguirá sua carreira política, candidatando-se a deputado estadual em 2014.

Esses fatos causam apreensão, pois, até o momento, estão presos – agora, finalmente, julgados e condenados – os pistoleiros, responsáveis diretos pela morte dos funcionários do Ministério do Trabalho. Os três assassinos são pessoas pobres e com limitada possibilidade de manter advogados que percorram os tortuosos caminhos da Justiça brasileira, com seus intermináveis processos. No entanto, os intermediários e os mandantes estiveram presos por um breve período e puderam esperar em liberdade o julgamento que, até agora, quase dez anos depois, ainda não aconteceu. A manobra da defesa que levou a adiar o julgamento de intermediários e mandantes pode ser prenúncio de uma ainda mais longa espera pela justiça.



## Punição da chacina de Felisburgo é adiada

O julgamento de uma outra chacina ocorrida no campo também foi objeto de atenção nos últimos dias. Trata-se do massacre realizado pelo dono de uma fazenda ocupada por trabalhadores sem-terra em Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha, em 2004. De acordo com denúncia do Ministério Público, o dono da fazenda comandou o ataque. Depois da ocupação pelo movimento de trabalhadores sem-terra, o fazendeiro perdeu a ação com a qual pretendia obter reintegração de posse dos 1700 hectares de sua propriedade. 567 hectares das terras em seu poder foram consideradas devolutas, ou seja, são terras de propriedade do Estado, ilegalmente apossadas por particular. Essa parte irregular das terras da fazenda foi demarcada para fins de reforma agrária, beneficiando os trabalhadores. Segundo a acusação, depois de diversas ameaças, o fazendeiro reuniu mais catorze pessoas e efetuou o ataque contra homens, mulheres e crianças. Cinco pessoas foram mortas e doze ficaram feridas. A escola do acampamento e mais 27 casas foram incendiadas.

Pela quarta vez, no mês de agosto, o julgamento de três dos acusados foi adiado. Um pedido do Ministério Público levou à prisão preventiva do fazendeiro. Nessa ocasião, o juiz entendera que o réu, em liberdade, poderia tentar adiar novamente o julgamento. No entanto, apenas dezoito dias depois de ter sido preso, o fazendeiro foi libertado por outra decisão judicial. Esse *habeas corpus* que cassa a medida cautelar em razão da qual havia sido feita a prisão tem efeito provisório, mas não há data para que o Tribunal avalie o mérito. Agora, o réu confesso e acusado de ser mandante do crime aguarda em liberdade o

julgamento marcado para o dia 10 de outubro. Os trabalhadores que ainda estão acampados no local relatam, temerosos, que as ameaças continuam. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) lamenta por essa decisão judicial.

Esses fatos apontam a morosidade da justiça para julgar crimes ligados às questões da propriedade da terra e da qualidade de vida dos trabalhadores do campo.

## Questão agrária e a Comissão da Verdade em Minas

Na última semana de setembro, foram empossados os membros do colegiado estadual da Comissão da Verdade. Entre outros temas que serão objeto de análise estão os assassinatos de líderes camponeses, ocorridos em Minas Gerais, durante o período da ditadura militar. Serão investigadas as mortes de Eloy Ferreira da Silva (morto em 1984, em São Francisco) e Júlio Rodrigues Miranda (assassinado em Bonfinópolis de Minas, em 1985).

O assassino de Júlio foi o primeiro fazendeiro a ser julgado, em Minas Gerais, por crimes dessa natureza, mas o júri chegou à conclusão de que, embora culpado, o fazendeiro não oferecia riscos e era útil à sociedade. Recebeu somente uma pena alternativa. A família da vítima jamais recebeu compensação alguma.

São inúmeros os casos relacionados à questão agrária em Minas Gerais e é bastante relevante que a Comissão da Verdade se ocupe de investigar e esclarecer essas violações a direitos fundamentais. Mesmo estando restrita à análise de casos ocorridos durante os períodos ditatoriais que assolaram o país no século XX, é importante que se averigüe a ação e a omissão do Estado brasileiro nesses casos.

## 5. Manifestações de 7 de setembro

O ano de 2013 deve ficar marcado pelas manifestações que tomaram as ruas nos meses de junho e julho. Reuniram-se milhões de pessoas em inúmeras cidades do país. Esse evento representou uma mudança no modo de se pensar a imagem do país e do povo brasileiro. O mito de um povo tolerante, cordial e pouco interessado pela política teve que ser problematizado. As manifestações chamaram a atenção para a insatisfação popular, para a indignação da juventude que não se sente representada, para práticas políticas conservadoras e tradicionalistas que persistem no país. Tornaram-se ponto de pauta a sociedade, o sistema político, o modelo econômico e a própria democracia.

Passado o primeiro instante de perplexidade, apareceram inúmeras tentativas de compreender os fatos. Mídia, especialistas, políticos e governantes falavam em “ouvir as ruas”. Entender esse fenômeno social, no entanto, significou ter de reunir inúmeras vozes que falavam ao mesmo tempo sobre coisas diferentes. Cartazes e faixas, como estilhaços, pareciam impossíveis de serem reduzidos a um sentido, de modo a compor um mosaico em que tais fragmentos fizessem sentido.

Embora a conjuntura oferecesse pistas para ajudar a compreender o que estava acontecendo, fatores como o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a inflação crescente, o aumento das tarifas de transporte, os casos de corrupção não constituíam, exatamente, uma novidade que explicasse a repentina tomada de atitude por cidadãos que, normalmente, não se envolvem com a política (em sentido estrito) e que começaram a agir sem coordenação central aparente.

As manifestações aconteceram durante a Copa das Confederações, com jogos realizados em várias cidades. Chamaram a

atenção os gastos considerados excessivos feitos na construção de estádios com elevado padrão de qualidade, aos quais, porém, pessoas com rendas mais baixas têm acesso restrito, ao menos durante os eventos esportivos internacionais, que ocorrem neste ano e em 2014. A Copa acabou por aumentar a visibilidade internacional do país e das manifestações que tomaram as ruas.

Embora a grande mídia tenha levado algum tempo para compreender a dimensão desse acontecimento, assumiu, em seguida, uma atitude de defesa incondicional (e, em muitos casos, pouco crítica) dos movimentos. Incapaz de compreender o fenômeno em sua complexidade, passou a tratar a violência que eclodiu nas ruas junto com as manifestações como se fossem exceção e atos isolados de vandalismo. No que se refere às manifestações pacíficas, prevaleceu em jornais e canais de televisão um coro ufanista, repleto de bordões nacionalistas como o que afirma que, finalmente, “o gigante acordou”, numa tomada irônica do texto do hino nacional.

Não parece possível negar que esses movimentos estão relacionados ao esgotamento de um modelo que, desde o início da década de 1990, se concentra sobre o desenvolvimento econômico. Nos últimos anos, as políticas sociais têm ganhado feições de uma ideologia que aposta no consumo como forma de bem-estar social. O acesso a bens de consumo passa a ser tratado, de maneira linear e simplista, como indicador de melhor desenvolvimento social.

O desencantamento com o cotidiano da política, a pouca credibilidade das instituições e a inconsistência programática ou ausência de identidade nos partidos políticos levam à descrença na possibilidade de as instituições represen-

tarem os interesses da população. Em um tal contexto, a ocupação das ruas se torna o meio legítimo para fazer chegar esse grito aos ouvidos daqueles que se distanciaram das necessidades dos cidadãos.

É preciso considerar o caráter difuso das manifestações, a falta de reivindicações específicas, a descentralidade, a presença de comandos pouco claros. Tudo isso foi apresentado, frequentemente, como característica de movimentos populares no novo século e resultado da suposta novidade histórica das redes sociais.

Outros consideram que a maior virtude desses movimentos é justamente o fato de que as manifestações assumiram contornos pouco claros. Segundo tal perspectiva, não compete às ruas, definir exatamente o que é “melhor” saúde, educação, transporte etc., mas aos que foram eleitos para isso. No entanto, é importante notar que é justamente no momento em que se faz esse detalhamento que se constituem propriamente as políticas de saúde, de educação, de transporte e outras. Portanto, por mais importante e necessário que seja a ocupação das ruas, é no cotidiano das instituições democráticas que se constroem políticas. É no acompanhamento dessas instâncias que a participação cidadã se faz imprescindível. Como é natural, no entanto, passado o ardor das manifestações, o cidadão volta para seu cotidiano. Compete àqueles que foram eleitos para tal fazerem valer os direitos e interesses dos representados.

O fato é que as manifestações arrefeceram. Para o dia 7 de setembro – data com forte apelo simbólico –, milhares eram esperados nas ruas. A mídia prenunciava a repetição do fenômeno de massas ocorrido em junho e julho. Aconteceram manifestações pacíficas, como o Grito dos Excluídos que há vários anos se faz nessa data. Houve muita gente na rua, mas nada que se compare à dimensão do ocorrido em junho e julho.

Também aconteceram confrontos e repressão. No tocante a este ponto, pôde-se

visualizar um aumento da violência policial e da repressão estatal. As pessoas detidas durante os atos no feriado da Independência, na capital mineira, devem responder por crimes de formação de quadrilha, corrupção de menores, dano ao patrimônio, incitação à prática criminosa e por constituição de milícia privada. Esse último crime pode levar a um período de 4 a 8 anos de prisão. Após essa data houve manifestações em favor dos detidos e a polícia foi acusada de praticar exageros em sua ação.

Vários foram os motivos para o esmorecimento do desejo de manifestar-se por parte da população. Primeiramente, há que se considerar a intensificação da violência nas manifestações públicas. Aquilo que a imprensa chamava de “baderna”, “desordem” ou “vandalismo” mostrou uma face organizada de resistência ao Estado. Não se trata meramente de oportunistas que se serviam do movimento para criar a confusão e praticar crimes, embora situações desse tipo também tenham existido. Na ânsia de rotular esses grupos, a imprensa começou a chamá-los de anarquistas. No entanto, há pouca clareza quanto a seus reais objetivos. Uma faixa usada nas manifestações de 7 de setembro dizia “não existe revolução sem revolta”. De que revolução se trata e com qual objetivo não está claro. Se se trata de uma luta incondicional contra o Estado, contra a situação do país ou do sistema econômico; se a luta que vem sendo travada visa ao favorecimento de quem é hoje excluído; nada disso é claro, pois há diferentes maneiras de esses grupos explicarem suas ações e motivações. Constata-se que, às vezes, um grupo mostra ideias divergentes em relação a outros.

Há, porém, fatores ainda mais significativos para explicar o recuo da população. As respostas dadas pelos governantes foi tão difusa quanto os gritos das ruas. As reivindicações eram, de fato, genéricas: pediam, por exemplo, melhor saúde, mas sem consenso quanto ao que

isso significa e como se deve proceder para alcançar tal objetivo. No entanto, o tratamento dado pelas diversas esferas de governo a essas reivindicações não poderia ser mais evasivo. O Governo Federal apresentou propostas apressadas e de consistência discutível. O Congresso tratou de mostrar serviço. Os parlamentares votaram temas que eram objeto de polêmica, como a retirada do poder investigativo do Ministério Público – a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37. Outros temas problemáticos – como a cura gay – foram simplesmente retirados da pauta. O Senado tratou de criar medidas que aparentam responder a demandas das ruas, mas o fizeram de maneira inconsequente, já que não dizem de onde sairão os recursos necessários. Na prática, os senadores repassaram o problema para o poder executivo.

Nos municípios, prefeitos trataram de atender as poucas demandas específicas que apareceram, como a redução do preço das passagens de ônibus urbano. Outras medidas mais consistentes demandariam mais tempo e muito mais vontade política. Decorridos já quase quatro meses desde os eventos principais, pouco há de concreto para se apresentar como resultado das manifestações, exceto no campo simbólico, em que a mitologia do povo brasileiro pacato e cordial perdeu o caráter de evidência que lhe era atribuído pelo senso comum.

Pode-se identificar um certo desapontamento entre aqueles que lamentam o vazio em que caiu o grito das ruas. Tal decepção, em geral, é experimentada por quem acreditava bastar o povo nas ruas para amedrontar e coagir os ocupantes do poder. No final, voltaram a apatia e a ação política que se faz no dia a dia. Esse tipo de atuação exige que os cidadãos se organizem para fazer valer sua vontade. Como disputa de interesses

variados, compreender a política dessa forma exige paciência, pois raramente se alcançam soluções rápidas, fáceis e definitivas. É preciso persistência e vigilância constante para que uma conquista de hoje continue sendo garantida amanhã.

O quadro de desalento se reflete em uma pesquisa divulgada pela CNT/MDA, mostrando a população dividida ao avaliar o êxito das manifestações de junho: 54% nega que tenha havido melhoras após as manifestações; 42,6% afirmam ter sido alcançada alguma melhoria. Não obstante, significativa parte dos pesquisados (63,3%) afirma que o governo atendeu, ao menos parcialmente, as reivindicações.

Dois grupos continuam nas ruas. Primeiramente, os movimentos sociais que tradicionalmente se mantêm em estado de vigilância e de luta. Outras manifestações têm surgido em torno de questões de interesse potencialmente geral, mas que têm sido encampadas por grupos mais específicos, como a luta dos professores, em Minas Gerais, por plano de carreira e outras questões relacionadas a suas condições de trabalho. As últimas manifestações de professores contra o governo do Rio de Janeiro estão nesse mesmo contexto. O segundo grupo que permaneceu nas ruas se caracteriza por manifestações com táticas de guerrilha urbana, destruindo patrimônio público e privado. Esses grupos de extremistas, tanto de esquerda como de direito, se servem desses atos destrutivos como meio para alcançar seus objetivos.

No entanto, comparados aos movimentos de junho deste ano, os eventos que continuam ocorrendo e, em particular, aqueles que se organizaram em 07 de setembro mostram uma diminuição de intensidade e uma redução do caráter amplo e irrestrito das manifestações em seu apogeu.

## Créditos

### Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: [www.pucminas.br/nesp](http://www.pucminas.br/nesp) | E-mail: [nesp@pucminas.br](mailto:nesp@pucminas.br) | Telefone: 3319-4978

### Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese BH:

Cássio Ferreira Borges - RENSE

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

### Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

### Redator:

Claudemir Francisco Alves